
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0006029-13.2011.2.00.0000**Requerente:** Conselho Nacional de Justiça**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO.
GRATIFICAÇÃO. PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO E MEMBROS DA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

1. Gratificação de caráter geral prevista na lei complementar estadual n. 122/2004 que não fixou seu valor.
2. A fixação do valor através de resolução é ilegal, uma vez que este só pode ser estabelecido por lei formal específica. Precedentes do STJ e do CNJ.
3. Procedência do pedido para determinar ao TJRN que, caso pretenda pagar a gratificação de caráter geral prevista nos artigos 67 e 70 da lei complementar estadual n. 122 aos serventuários que exerçam a função de pregoeiro ou que integrem comissões de licitação e equipes de apoio, encaminhe projeto de lei formal fixando o respectivo valor.
4. Suspensão do pagamento da gratificação com base na resolução TJRN n. 163/2004 até edição de lei específica que preveja o valor da gratificação.

,

RELATÓRIO

Cuida-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado de ofício face ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, em razão de decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, em sua 138ª Sessão Ordinária, ao julgar a Consulta n. 0004061-45.2011.2.00.0000, Relator o Conselheiro José Lucio Munhoz.

O presente Procedimento de Controle Administrativo tem por finalidade a verificação de legalidade da Portaria TJRN n. 163/2004, que instituiu gratificação aos servidores do TJRN que exerçam a função de pregoeiro ou participem de Comissões de Licitação e de Equipe de Apoio.

Intimado, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte manifestou-se (INF 6) esclarecendo que:

i) de acordo com o art. 51 da Lei 8.666/93, Comissões de Licitação equivalem a órgãos colegiados em que as decisões são tomadas por maioria, o que leva à conclusão de que são de fato órgãos de deliberação coletiva;

ii) a Lei Complementar Estadual n. 122, de 30 de Junho de 1994, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Norte, em seus artigos 67, §1º, I, “c” e 70 estabelece a possibilidade de concessão, em caráter geral, de gratificação por participação em órgão de deliberação coletiva;

iii) a Portaria TJRN n. 163/2004 retira seu fundamento da mencionada lei complementar estadual.

É o breve relatório.

VOTO

O presente PCA foi instaurado em cumprimento à decisão proferida na Consulta n. 0004061-45.2011.00.000, Relator o Conselheiro José Lúcio Munhoz.

A referida Consulta foi formulada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas com o objetivo de aferir a legalidade da concessão de gratificação aos pregoeiros e respectivas equipes de apoio, por meio de resolução.

Para instruir o julgamento desta Consulta, o Relator solicitou informações a todos os Tribunais Estaduais, Regionais Federais e Regionais do Trabalho, para verificar como procedem em relação ao pagamento de gratificações aos serventuários que exerçam a função de pregoeiro ou integrem comissão de licitação ou equipe de apoio.

Prestadas as informações por todos os Tribunais consultados, estabeleceu-se o seguinte quadro:

Tribunais que não possuem gratificação	Tribunais Regionais do Trabalho – Todos Tribunais Regionais Federais – Todos Tribunais de Justiça – TJAC, TJAP, TJBA, TJDFT, TJGO, TJMA, TJMT (suspensa), TJMG, TJPA, TJPB, TJPI, TJRS (pendente de aprovação), TJRR, TJTO.
Tribunais que instituíram a gratificação por lei	TJCE, TJES, TJMS, TJPE, TJRJ, TJSP, TJSC.
Tribunais que instituíram a gratificação por outro ato normativo	TJAM – Resolução nº 01, de 02/02/2011. TJPR – Protocolo nº 69542, de 03/08/2004. TJRN – Portaria nº 163/2004-TJ TJRO – Resolução nº 023/2010-PR TJSE – Resolução nº 15, de 15/06/2005.

Este levantamento orientou a decisão proferida pelo Relator em seu voto no sentido de determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas providenciasse o encaminhamento de projeto de lei formal regulamentando o pagamento de gratificações a pregoeiros e integrantes de comissão de licitação e das respectivas equipes de apoio.

Igualmente foi determinada a instauração de procedimentos de controle de administrativos para verificação da legalidade dos atos normativos dos Tribunais de Justiça do Amazonas, Paraná, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe que estabeleceram o pagamento dessas gratificações.

Coube-me relatar o PCA referente ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que instituiu o pagamento dessas gratificações através da Portaria 163/2004.

Primeiramente, cabe observar que os PCA originados na Consulta relatada pelo Conselheiro José Lúcio Munhoz, à exceção do presente, já foram julgados e todos com resultados semelhantes.

O relativo ao TJAM, o de n. 6027-43, Relator o Conselheiro Wellington Cabral Saraiva, foi julgado improcedente, sob o fundamento de que a Resolução daquele Tribunal que criou as gratificações de pregoeiro e membros de comissão de licitação e equipes de apoio está conforme com a lei estadual que estabelece o regime estatutário dos servidores públicos do Estado do Amazonas e o Código de Organização Judiciária.

O concernente ao TJPR, o de n. 6028-28, Relator o Conselheiro Jefferson Kravchychyn, foi arquivado, em razão do estágio avançado da elaboração de projeto de lei formal pelo Tribunal para regulamentar o pagamento dessas gratificações. Em seu voto, o Relator determinou ao TJPR que tanto apresse o envio deste projeto à Assembléia Legislativa, como suspenda o pagamento das gratificações com base no Decreto Judiciário n. 744/2011 até a edição da lei reguladora específica.

O que se refere ao TJRO, o de n. 6030-95, Relator o Conselheiro Silvio Rocha, também foi julgado improcedente, sob o fundamento da Lei Complementar Estadual n. 568/2010 prever de forma genérica o pagamento de gratificação temporária a servidor por execução de trabalho extraordinário decorrente de tarefas especiais e urgentes.

Por último, o PCA pertinente a Sergipe, de n. 6031-80, Relator o Conselheiro Marcelo Nobre, foi arquivado liminarmente, em razão da existência de lei estadual que estabelece o pagamento de gratificações e que fundamentou a resolução do TJSE que, por sua vez, regulamentou o recebimento das gratificações de pregoeiro e membros de comissão de licitação e equipes de apoio. O Relator ainda recomenda que o Tribunal transforme o teor desta resolução em projeto de lei, de modo a aprimorar a questão.

Passo a examinar a legalidade da Portaria n. 163/2004 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que instituiu o pagamento dessas gratificações e que tem a seguinte redação:

“O presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º. Os membros titulares da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Tribunal de Justiça farão jus, por sessão ou reunião que comparecerem, a título de gratificação os valores abaixo especificados:

I – Presidente: R\$ 60,00 (sessenta reais)

II – Membro: R\$ 50,00 (cinquenta reais)

III – Secretário: R\$ 50,00 (cinquenta reais)

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se aos suplentes pelo efetivo exercício da substituição do titular.

Art. 2º. Fica limitada ao máximo de 15 (quinze) sessões ou reuniões mensais, e na hipótese de ocorrer na mesma data mais de uma sessão da Comissão, somente uma única reunião será remunerada.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 243/2002-TJ, de 26 de março de 2002.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, em Natal, 03 de março de 2004.

Desembargador AECIO SAMPAIO MARINHO

Presidente”

Em suas informações o Tribunal Potiguar informa que a resolução foi editada com fundamento na Lei Complementar Estadual n. 122, de 30 de Junho de 1994, que, com base no comando dos artigos 67 e 70, autoriza o pagamento de gratificação aos servidores do Estado do Rio Grande do Norte em pela participação em órgão de deliberação coletiva, *verbis*:

Art. 67. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, são atribuídas aos servidores todas as gratificações e adicionais, de caráter geral e específicos (sic), concedidas legalmente até a

implantação deste novo regime jurídico.

§ 1º São consideradas de caráter geral as seguintes gratificações e adicionais:

I – gratificações :

a –

b –

c – pela participação em órgão de deliberação colegiada.

(...)

Art. 70. A gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva é devida aos respectivos membros que não exerçam cargo ou função pública remunerada, por sessão a que comparecerem até o limite mensal fixado em regulamento.

§ 1º O valor da gratificação varia de acordo com o grau em que seja classificado o órgão, sendo a do respectivo presidente acrescida de 20% (vinte por cento).

§2º A gratificação é extensiva, pela metade, ao servidor designado pela secretaria ou órgão.”

§ 3º O servidor, no caso deste artigo, pode participar de até 02 (dois) órgãos de deliberação coletiva, ressalvado o disposto no artigo 132.” [nota: este artigo 132 determina que os funcionários detentores de cargo em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento não são remunerados pela participação em órgão de deliberação coletiva justamente em função do cargo]

Grifou-se

Argumenta o Tribunal que a combinação dos dispositivos acima transcritos fundamenta o disposto na Portaria TJRN n. 163/2004.

De fato o artigo 67, §1º, I, “c” da LC estadual em comento prevê o pagamento de gratificação de caráter geral a servidores que participem de órgãos de deliberação colegiada e, sem sombra de dúvida, as comissões de licitação e equipes de apoio junto com os pregoeiros são órgãos dessa natureza.

Por outro lado, o artigo 70 é de todo impreciso ao definir a remuneração desta gratificação, como se pode ver da leitura do seu parágrafo primeiro, *verbis*:

§ 1º O valor da gratificação varia de acordo com o grau em que seja classificado o órgão, sendo a do respectivo presidente acrescida de 20% (vinte por cento).

Assim, a Portaria TJRN n. 163/2004, que foi editada sem nenhum considerando, nem qualquer referência à LC 122/1994, que prevê o pagamento de gratificação de caráter geral aos servidores que participarem de órgãos de deliberação coletiva, fixou administrativamente o seu valor, o que afronta o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Merece registro a expressa menção do art. 70 à fixação, em regulamento, do limite mensal do pagamento desta gratificação, o que implica, por conta da dispensa de previsão legal da despesa, em flagrante violação ao artigo 169, § 1º, I e II da Constituição, que impede a criação de despesas sem a respectiva previsão orçamentária.

Penso que a Lei Complementar Estadual n. 122 não poderia dar ao administrador uma delegação incondicional ao permitir a fixação, por meio de simples regulamento, de valores de gratificação devida a servidores estaduais.

O voto proferido pelo Conselheiro José Lúcio Munhoz na Consulta que originou o presente PCA é percuciente ao analisar a questão da necessidade de lei para inaugurar o pagamento de gratificação a servidor de Tribunal.

Confiram-se trechos do voto:

“A Constituição Federal assentou no art. 37, inciso X, que a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, e firmou no art. 39, § 5º, que somente lei poderá estabelecer a relação entre a maior e menor remuneração dos servidores públicos.

(...)

Dessa forma, a criação de vantagem por outro meio que não seja através de lei, fere a normativa vigente sobre a matéria, devendo ser afastada.

Aliás, é exatamente esse o entendimento já manifestado por este Conselho Nacional de Justiça no julgamento do PCA 487, cujo teor respalda os fundamentos ora esposados:

“No sistema constitucional vigente, a criação de cargos, empregos e funções, submete-se à regra do art. 96, inc. II, b, e, por isso, depende de autorização legislativa.

Os entes da federação, em qualquer de suas esferas, não detêm discricionariedade para dispor sobre a criação de funções, conforme dispõe o art. 61, § 1º, II, a, de observância obrigatória aos Estados-membros.

O desrespeito à cláusula de reserva legal traduz grave vício jurídico, configurando inconstitucionalidade formal apta a vulnerar, no caso em espécie, os atos normativos editados pelo TJPA que dispuseram sobre as gratificações. Nesse sentido, é farta a jurisprudência da Excelsa Corte registra:

‘Vício de iniciativa...inconstitucionalidade das disposições legais impugnadas porque ferem a um só tempo os seguintes preceitos da constituição de 1988: a) iniciativa exclusiva do Governador para deflagrar o processo legislativo de lei que concede aumento de vencimentos ou aumenta a despesa (art. 61, § 1º, II, a)... (STF-Pleno-Ação Originária nº280-0, Rel.Min.Maurício Corrêa).

Os Tribunais judiciais, em sede administrativa, não podem dispor sobre matéria que a Constituição da República submeteu, em caráter de exclusividade, ao domínio normativo da lei em sentido formal.

Qualquer resolução administrativa, emanada de órgão judiciário que veicular, sem a prévia e necessária autorização legislativa, aumento de remuneração destinado a beneficiar a generalidade dos magistrados vinculados ao tribunal que a editou, importará em desrespeito frontal ao princípio constitucional da reserva de lei.

O princípio da reserva absoluta de lei representa diretriz fundamental, que, consagrada no texto da Constituição da República, submete, ao domínio formal da lei – e da lei, apenas –, o tratamento jurídico de determinada matéria, com exclusão de quaisquer outras fontes normativas.

A Cláusula constitucional pertinente ao regime jurídico dos servidores públicos – principalmente em virtude da extensão de sua abrangência conceitual – compreende, ... todas as regras pertinentes: (a) às formas de provimento; (b) às formas de nomeação; (c) à realização do concursos; ... (h) aos direitos e às vantagens de ordem pecuniária; (i) às reposições salariais e aos vencimentos; (j) ao horário de trabalho e ao ponto, inclusive os regimes especiais de trabalho; (k) aos adicionais por tempo de serviço, gratificações, diárias, ajudas de custo e cumulações remuneradas; (l)...

Não sendo matéria própria da Constituição Estadual, toda e qualquer concessão de aumento ou vantagens pecuniárias aos servidores públicos – que implique, necessariamente, acréscimo de despesas – terá que subordinar às disposições do art. 61, § 1º, II, a, da Constituição Federal, em obediência ao princípio da simetria (STF, RTJ 132/1057).

Também na ADI nº 2892, decidiu o Supremo Tribunal:

CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO FEDERAL: INICIATIVA LEGISLATIVA RESERVADA: SERVIDORES PÚBLICOS. C.F., ART. 61, § 1º, II, c. Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, art. 33.

I – a regra da iniciativa reservada ao Presidente da República – C.F., art. 61, § 1º, II, c – é de observância obrigatória pelos Estados-membros.’

Ainda há de se registrar que as gratificações instituídas sem a manifestação do competente ato do legislador estadual fere o art. 169, § 1º, I e II da CF/88, na medida em que institui vantagem pecuniária sem previsão orçamentária.

Afirma-se, assim, a imperativa necessidade de edição de ato de natureza legislativa a legitimar a instituição de gratificações nos Tribunais.”

Nesse mesmo sentido a jurisprudência da Suprema Corte, como se pode ver dos julgados cujas ementas se transcrevem:

[ADI 1732, Relator(a): Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 17/04/2002, DJ 07-06-2002 PP-00081 EMENT VOL-02072-01 PP-00147]

EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. Resoluções n.ºs 26, de 22/12/94; 15, de 23/10/97, e 16, de 30/10/97, todas do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, havendo a primeira criado a gratificação de representação, correspondente a 40% do valor global atribuído a diversos cargos, estendendo-a, inclusive, aos inativos que se aposentaram em cargos de igual denominação ou equivalente. 2. Alegação de ofensa a funções privativas dos Poderes Legislativo e Executivo. 3. Medida cautelar deferida e suspensão, com eficácia ex nunc, a eficácia das Resoluções impugnadas. 4. Procedência da alegação de ofensa a funções privativas dos Poderes Legislativo e Executivo, eis que há necessidade de lei em sentido formal para a criação de vantagens pecuniárias a servidores do Poder Judiciário. 5. A Lei Magna não assegura aos Tribunais fixar, sem lei, vencimentos ou vantagens a seus membros ou servidores. 6. Jurisprudência do STF no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob o fundamento da isonomia"(Súmula 339 e ADINs n.º 1776, 1777 e 1782). 7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

[ADI 1777 MC, Relator(a): Min. SYDNEY SANCHES, Tribunal Pleno, julgado em 18/03/1998, DJ 26-05-2000 PP-00024 EMENT VOL-01992-01 PP-00071]

EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: ATO NORMATIVO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. INSTITUIÇÃO E EXTENSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO MENSAL AOS SERVIDORES DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 48, 61, "CAPUT", 96, INCISO II, ALÍNEA "B", E 169 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA 339 DO S.T.F. MEDIDA CAUTELAR. 1. É inegável o caráter normativo do ato impugnado, pois instituiu para os servidores das carreiras de Analista Judiciário, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário do Quadro de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, a Gratificação de Representação Mensal, estendeu a vantagem aos aposentados e pensionistas e fixou os respectivos valores. 2. E não se trata de mera regulamentação de qualquer Lei, como poderia parecer da proposta aprovada, pois nenhum diploma legal tratou de instituir a gratificação em questão para tais servidores. 3. Por outro lado, o ato normativo é impugnado diretamente em face de normas da Constituição Federal (arts. 48, 61, "caput", 96, II, "b", e 196), e não mediante interpretação de legislação infraconstitucional. 4. A A.D.I., portanto, comporta conhecimento (art. 102, I, "a", da C.F.). 5. Das informações elaboradas pela Assessoria Especial da Presidência do Conselho da Justiça Federal, a lembrança das Leis n.ºs 264, de 25.02.1948, 2.961, de 23.12.1955, e 3.890, de 18.04.1961, serve apenas para uma retrospectiva histórica, mas sem caráter decisivo para o enfrentamento da questão, pois nenhuma delas tratou da Gratificação de Representação Mensal de que ora se cuida. E, ademais, revogadas, no ponto, desde a Constituição Federal de 1967, passando pela E.C. n.º 1/69 e pela atual Constituição de 05.10.1988, todas proibindo vinculações e equiparações de vencimentos. 6. A Lei n.º 9.421, de 24.12.1996, por sua vez, limitou-se a criar as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, a fixar os valores de sua remuneração e a adotar outras providências, mas sem instituir a Gratificação de Representação Mensal, de que ora se cogita. E também não conferiu ao Presidente do Conselho da Justiça Federal o poder de concedê-la a seus servidores, aos da Justiça Federal de Primeiro e

Segundo Graus, como demonstrou a Procuradoria Geral da República. 7. Aliás, se a Lei tivesse criado a Gratificação em questão ela também estaria sendo paga aos servidores do Supremo Tribunal Federal (Analistas Judiciários, Técnicos Judiciários e Auxiliares Técnicos). E se houvesse sido outorgado o poder de instituí-la ao Presidente da Corte, com certeza já teria sido instituída e estaria sendo satisfeita. 8. Não se mostra adequada a invocação de precedente desta Corte, na ADI nº 408-DF, conforme demonstrado no voto do Relator. 9. No caso presente, o ato impugnado criou a Gratificação de Representação Mensal, para todos os Analistas Judiciários, Técnicos Judiciários e Atendentes Judiciários do Conselho da Justiça Federal, da Justiça Federal de 1º e 2º graus, num percentual de 85% sobre a remuneração da Função Comissionada 06, 05, 04, respectivamente, e que corresponde a acréscimos consideráveis, sendo certo que o aumento de 5,25, na folha de pagamento, corresponde, apenas, à dos servidores do Superior Tribunal de Justiça. Não, assim, à daqueles do Conselho da Justiça Federal, da Justiça Federal de 1º e 2º graus. Foram contemplados, ainda, os aposentados e pensionistas. 10. Também não colhe a alegação de que a Câmara dos Deputados e Senado Federal concederam a mesma Gratificação a seus servidores, sem lei. É que tais Casas estão expressamente autorizadas, pela Constituição, a fazê-lo, mediante simples Resolução (artigos 51, IV, e 52, XIII). 11. Se é certo que o Tribunal de Contas da União, que dentre outras funções, acumula a de órgão auxiliar do Poder Legislativo, igualmente concedeu a mesma Gratificação a seus servidores, sem Lei, menos exato não é que também a respectiva Resolução está sendo impugnada pela Procuradoria Geral da República, na ADI nº 1.782, assim como na ADI nº 1.776 impugna a Resolução do Superior Tribunal de Justiça, que deu origem àquela objeto da presente Ação. 12. Na verdade, a leitura atenta do ato normativo impugnado, do expediente administrativo que lhe deu origem, bem como das informações encaminhadas pela Presidência do Conselho da Justiça Federal, convence de que o argumento básico, para a instituição da vantagem ora em foco, resultou da invocação do princípio da isonomia. 13. Mas o próprio art. 39, § 1º, da C.F., que o manda observar, atribui à Lei - e não a ato normativo de Tribunal - a sua observância, ainda que caiba ao Tribunal a iniciativa para sua elaboração, mediante o envio de projeto ao Congresso Nacional. 14. No caso, a Resolução impugnada, criando a Gratificação de Representação Mensal e fixando-lhe a respectiva remuneração, para os servidores do Conselho da Justiça Federal, da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, implicou aumento dos vencimentos respectivos, sem que o Superior Tribunal de Justiça tivesse enviado Projeto de Lei ao Congresso Nacional, sem que este o aprovasse e sem que o Presidente da República o vetasse ou sancionasse, no exercício de competência que lhe é privativa (art. 84, V, da Constituição Federal). E, na verdade, também não restou observado o art. 169 da Constituição Federal, como expressamente exige o inc. II do art. 96. É que não houve lei alguma criando a Gratificação em questão. Conseqüentemente, não pode ter sido levada em consideração, seja no orçamento anual, seja na lei de diretrizes orçamentárias. 15. Importa notar, ainda, que, nos termos da Súmula 339 da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal, "não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob fundamento de isonomia". A Súmula resultou de pacífica jurisprudência da Corte, ao interpretar os artigos 36 e 65, IV, da Constituição Federal de 1946. E continua ela em pleno vigor, como já o proclamaram vários julgados, posteriores ao advento da Constituição Federal de 05.10.1988. 16. Ora, se nem mesmo na atividade jurisdicional cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob fundamento de isonomia, como reza a Súmula 339, com maior razão não lhe competirá fazê-lo em Resolução Administrativa, ainda que de caráter normativo, como ocorreu na hipótese. 17. Aliás, são numerosíssimos os acórdãos do Supremo Tribunal Federal, seja ao deferir medida cautelares, seja no julgamento de mérito de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, no sentido de não admitir que simples Resoluções Administrativas de Tribunais concedam aumentos de vencimentos ou criem vantagens pecuniárias para seus Juízes e servidores. 18. Ademais, em situação que praticamente coincide com a retratada nestes autos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por votação unânime, em data de 15.12.1997, portanto há pouco mais de dois meses,

suspendeu as Resoluções nºs 26, de 22.12.1994, 15, de 23.10.1997, e 16, de 30.12.1997, todas do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. 19. Medida Cautelar deferida, para se suspender, "ex nunc", a eficácia da Resolução baixada pela Presidência do Conselho da Justiça Federal, datada de 19.12.1997.

[ADI 2098, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, Tribunal Pleno, julgado em 10/10/2001, DJ 14-12-2001 PP-00022 EMENT VOL-02053-03 PP-00469]

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/99, DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, PELA QUAL FOI REVISTO O CRITÉRIO DE CÁLCULO DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS MAGISTRADOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 96, II, B, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Ato normativo que, ao estabelecer verdadeiro aumento de remuneração para os magistrados por ele afetados, sem a devida previsão legal, contraria o dispositivo constitucional sob enfoque. Ação direta procedente.

Por essas razões, configura-se ilegal a fixação do valor da gratificação paga aos serventuários que exercerem a função de pregoeiro ou integrarem comissões de licitação e as respectivas equipes de apoio por meio de ato administrativo, no caso, a Resolução TJRN n. 163/2004, ilegalidade que deverá ser sanada com a edição de lei formal específica.

Esse entendimento não diverge da recentíssima jurisprudência deste Conselho, como se pode ver do teor da Decisão Monocrática proferida pelo Conselheiro Wellington Cabral Saraiva, ao relatar o PCA 6027-43, que examinou questão semelhante ao presente procedimento.

Confira-se o trecho da monocrática que baliza com precisão a matéria de que se ocupa o presente PCA:

“Distinta, porém, é a situações destes autos, em que houve lei – que se deve presumir válida – da Assembleia Legislativa amazonense, estipulando a gratificação pela participação em comissão, de até 100% do vencimento (art. 90, X e § 2o, da Lei Estadual no 1.762/86). A existência das comissões de licitação é, ela própria, decorrência da Lei das Licitações e Contratos Administrativos (Lei [Federal] no 8.666, de 21 de junho de 1993), que a cita em vários pontos e tem o seguinte conceito legal: comissão, permanente ou especial, criada pela administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes. Os esclarecimentos adicionais prestados pelo TJAM são satisfatórios. Malgrado a inexistência de lei específica versando sobre a gratificação para integrantes de comissão permanente de licitação, o regime estatutário dos servidores públicos do Estado do Amazonas estabelece a possibilidade de concessão de gratificação em virtude da participação em comissão de caráter transitório. O Código de Organização Judiciária, por sua vez, atribui ao Presidente a competência para instituir gratificações em razão do serviço judiciário, o que se deu por intermédio da Resolução no 1/2011. Portanto, não há ilegalidade, nesse caso, a ensejar a intervenção deste Conselho.”

Veja-se que, no caso destacado, a lei instituiu a gratificação e ela mesma fixou o seu valor, o que é bem diverso da situação destes autos, em que a lei instituiu a gratificação, mas pretendeu delegar ao regulamento a sua fixação.

Sendo assim, caso pretenda pagar a gratificação em tela, devrá o TJRN providenciar a elaboração e remessa de projeto de lei em que fique prevista a respectiva remuneração.

Por todo exposto, VOTO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, para determinar ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte que, caso pretenda pagar a gratificação prevista nos arts. 67 e 70 da Lei Complementar Estadual n. 122 aos serventuários que exerçam a função de pregoeiro ou integrem comissões de licitação e equipes de apoio, encaminhe à Assembléia Legislativa projeto de lei formal fixando os respectivos valores, **ficando suspenso o pagamento dessa gratificação** com base na Resolução TJRN 163/2004 até a edição da lei específica que fixe o seu valor.

JOSÉ GUILHERME VASI WERNER
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ GUILHERME VASI WERNER em 27 de Março de 2012 às 16:20:40

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
e4cffb21f2330888a31c09f2792376e6



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **509306**

12032810495000000000000508598

